



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.234
de 05/06/92, à pg. 08
do 2º caderno

RESOLUÇÃO Nº 2.959

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 1992,

CONSIDERANDO QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 008/92-GP, DE 15 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, CONCEDEU AOS MAGISTRADOS UM ABONO DE 25% (VINTE E CINCO POR CEN TO) SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MARÇO, QUE FOI PAGO JUNTAMENTE COM A REMUNERAÇÃO DE ABRIL, EXTENSIVO AOS SERVIDORES DAQUELE PODER,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, X E 39, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E 118 E 119, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,

CONSIDERANDO QUE NAQUELE MOMENTO ESTA CORTE NÃO DISPU NHA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE:

I - CONCEDER AOS CONSELHEIROS, AUDITORES, SECRETÁRIO, SUBSECRETÁRIO E AOS DEMAIS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, INCLUSIVE INATIVOS, UM ABONO CORRESPONDENTE A 25% SOBRE A REMUNERAÇÃO DO MÊS DE MARÇO;

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 2.959

II - Os ENCARGOS DECORRENTES DESTA RESOLUÇÃO CORRERÃO POR CONTA DAS DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DESTA CORTE, PARA O EXERCÍCIO DE 1992.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 02 DE JUNHO DE 1992.

CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO
PRESIDENTE

CONSELHEIRO PAULO DOURADO

CONSELHEIRO IRAWALDYR ROCHA

CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ

CORRE AUDITOR ORNÉO SAMPAIO FILHO

CONVOCADO

FOI PRESENTE: PROCURADOR ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA